

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.200 - SP (2018/0258790-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO**
ADVOGADOS : **LUIZ CARLOS STURZENEGGER E OUTRO(S) - SP029258**
SAMANTA REGINA MENDES CANTOLI - SP177423
DANIEL PEZZUTTI RIBEIRO TEIXEIRA - SP162004
FÁBIO LIMA QUINTAS E OUTRO(S) - DF017721
GRAZIELA SANTOS DA CUNHA - SP178520
WANESSA DE CÁSSIA FRANÇOLIN - SP173695
RICARDO CHIAVEGATTI - SP183217
MARCOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - SP244461
ALEXANDRA PONTES TAVARES DE ALMEIDA - SP126787
BRUNA BRUNO PROCESSI - SP324099
BRUNO MARQUES BENSAL ROMA - SP328942
RODRIGO FREITAS DA SILVA - SP359586
CAROLINA FERREIRA CARDOSO LIMA - SP384738
NEVILLE DE OLIVEIRA - SP385487
CRISTIANE MARIA PEREIRA - SP401180
RECORRIDO : **NEIDE GUIRAO KUDO**
RECORRIDO : **CINTHIA AYUMI KUDO**
RECORRIDO : **ANDRE YUI KUDO**
RECORRIDO : **CESAR KENJI KUDO**
RECORRIDO : **DIVA ROMEIRO MARAGNO - ESPÓLIO**
RECORRIDO : **ANSELMO MARAGNO**
RECORRIDO : **ANTONIO JOSE CRIVELLARO - ESPÓLIO**
RECORRIDO : **HEROLD PIEDADE FERNANDES - ESPÓLIO**
RECORRIDO : **MILTON FERREIRA RIBEIRO - ESPÓLIO**
RECORRIDO : **ALBERTO FAVERO - ESPÓLIO**
RECORRIDO : **HERMINIO VITAL - ESPÓLIO**
RECORRIDO : **JOSE ROBERTO SARTORI MENDES**
RECORRIDO : **ANA DESIREE CAVALHEIRO MENDES PEIXOTO SOARES**
RECORRIDO : **JORDANO MENDES NETO**
RECORRIDO : **VALDIR NEGRINI - ESPÓLIO**
RECORRIDO : **TEREZA HESKY GRUNHEIT - ESPÓLIO**
RECORRIDO : **ROBERTO GRUNHEIT**
RECORRIDO : **JOSE SIQUEIRA GRUNHEIT**
ADVOGADO : **PAULO DONATO MARINHO GONCALVES - SP215211**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO NÃO ASSOCIADO. RECURSO REPETITIVO. RECURSO QUE TRATA DO TEMA 948, AFETADO NOS TERMOS DOS ARTS. 1.036 E 1.037 DO CPC/2015, PENDENTE DE JULGAMENTO. DETERMINADA A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À CORTE DE ORIGEM.

DECISÃO

Na origem, o agravo de instrumento interposto por HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo contra decisão que, nos autos do cumprimento de sentença coletiva promovida por Neide Guirão Kudo e outros, consolidou o débito no montante de R\$ 1.084.620,32 (um milhão, oitenta e quatro mil, seiscentos e vinte reais e trinta e dois centavos), intimando-se o devedor a efetuar o pagamento do valor, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC/1973.

A Trigesima Oitava Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo deu parcial provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fls. 912-913):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Liquidação de sentença proferida em Ação Civil Pública proposta por IDEC contra HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo. Débito consolidado no montante apontado na inicial.

CERCEAMENTO DE DEFESA Indeferimento da perícia contábil. Prova despicienda. Elementos trazidos aos autos suficientes para formar o convencimento do julgador. Certeza quanto aos fatos da causa apresentados pelas partes que formam a convicção do magistrado. Necessidade de meros cálculos com a incidência de índices conhecidos para delimitar o “quantum debeatur”.

ILEGITIMIDADE ATIVA TEMA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. Coisa julgada. Questão molecular dirimida com o trânsito em julgado da ação civil pública.

Possibilidade conferida a todo o poupador que demonstre que foi lesado pela conduta do Banco a dar início à liquidação do julgado em seu domicílio. Desnecessidade de demonstração do vínculo associativo.

COMPETÊNCIA - Sentença com efeito erga omnes para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores. Faculdade da parte na escolha do local onde promoverá a liquidação. Possibilidade de se processar tanto no domicílio do liquidante, quanto na localidade em que tramitou a ação condenatória.

ILEGITIMIDADE PASSIVA Não restou comprovado que os valores relativos aos depósitos de caderneta de poupança foram excluídos da transferência do ativo. Responsabilidade exclusiva assumida inclusive pelas obrigações relativas às contas de poupança. Precedentes jurisprudenciais.

PRESCRIÇÃO Inocorrência do decurso de vinte anos para a propositura da ação de cognição. Execução individual, precedida de habilitação do crédito, que não superou o lustro prescricional.

JUROS REMUNERATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA - Cabimento de juros remuneratórios e correção monetária, a ser realizada de acordo com a Tabela Prática de Atualização dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo das datas em que deveriam ter sido realizados os créditos e até o efetivo pagamento, sendo irrelevante a data de encerramento da conta.

Superior Tribunal de Justiça

JUROS MORATÓRIOS Os juros moratórios devem ser contados a partir da citação na Ação Civil Pública no percentual de 0,5% ao mês até 10 de janeiro de 2003 e 1% a partir de 11 de janeiro de 2003.

BASE DE CÁLCULO Retificação da base de cálculo. Diferença apurada não condizente com a correção monetária e juros incidentes sobre o saldo que permaneceu depositado em poupança até a data de aniversário do mês seguinte.

Recurso parcialmente provido apenas para, reconhecendo o excesso no cálculo apresentado, determinar que os cálculos de liquidação da conta poupança nº 0206.902.709-2 observem os critérios acima expostos.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.011-1.046).

Kirton Bank S.A. – Banco Múltiplo interpõe recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015; 214, 219, 286, 293, 458, 459, 460, 472, 475-G, 475-N, 2º-A da Lei n. 9.494/1997; 58, 178, § 10, III, 960, 963, 1.064, 1.093 e 1.265 do CC/1916; 10, I, e 11, III, *b* e *c*, da Lei Complementar n. 95/1998; 31 da Lei n. 6.024/1974; 15, I, da Lei n. 4.380/1964; e 6º da Lei n. 9.447/1997.

Sucessivamente, pede seja conhecido e provido o recurso especial para, nos termos requeridos nas razões do presente apelo, (i) extinguir a liquidação de sentença sem resolução de mérito, ante a ocorrência de ilegitimidade ativa e passiva, bem como ausência de responsabilidade do HSBC pelas obrigações derivadas de caderneta de poupança do Banco Bamerindus - em liquidação extrajudicial, ou (ii) expungir da sentença de liquidação as quantias cobradas de forma indevida em relação aos juros remuneratórios (que não devem ser devidos ou, ao menos, limitados até a data de encerramento da conta) e moratórios (contados a partir da citação na liquidação de sentença, pois a parte recorrida não é associada ao Idec).

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.167-1.211 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

A questão de direito relativa à "legitimidade do não associado para a execução da sentença proferida em ação civil pública manejada por associação na condição de substituta processual", tratada no recurso especial e acima descrita, foi afetada pela Segunda Seção como representativa de controvérsia a ser julgada sob o rito

Superior Tribunal de Justiça

dos recursos especiais repetitivos, conforme previsão dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015.

Com efeito, as decisões de afetação dos REsps 1.361.872/SP, 1.362.022/SP e 1.438.263/SP, todas de relatoria do Ministro Raul Araújo, julgadas em 28/5/2019, DJe 6/6/2019, delimitaram o Tema 948, nos termos da seguinte ementa:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETAS DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. DEFESA DO CONSUMIDOR. AÇÃO PROPOSTA POR ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR EM FACE DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ADEQUAÇÃO OU DISTINÇÃO ENTRE O CASO EM EXAME E AS RAZÕES DE DECIDIR DAS HIPÓTESES JULGADAS PELO COLENO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS RE 573.232/SC e RE 612.043/PR. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DE TESE.

1. Delimitação da controvérsia, sobre o tema: "Legitimidade do não associado para a execução da sentença proferida em ação civil pública manejada por associação na condição de substituta processual".
2. RECURSO ESPECIAL AFETADO AO RITO DO ART. 1.036 DO CPC/2015.

Importante ressaltar que o Tema repetitivo n. 948 estava na situação "cancelado", passando, após a apreciação dos citados recursos, para a situação "afetado", com todas as consequências determinadas pela Segunda Seção do STJ.

Nesse contexto, em observância ao princípio da economia processual e à própria finalidade do Novo CPC, corroborada pelo art. 256-L do RISTJ, incluído pela Emenda Regimental n. 24, de 2016, considera-se devido o retorno dos autos à origem, onde ficarão sobrestados até a publicação dos acórdãos proferidos nos recursos representativos da controvérsia.

Eis o teor da disposição regimental:

Art. 256-L. Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito:

I - se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator;

II - se ainda não distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem por decisão fundamentada do Presidente do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, determino a devolução dos autos à Corte de origem, com a respectiva baixa, a fim de que, após a publicação dos acórdãos a serem proferidos nos recursos representativos da controvérsia, sejam tomadas as providências previstas nos arts. 1.039, *caput*, e 1.040 do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

